



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

PARECER: 760/2023–G1P/DA

ASSUNTO: AUDITORIA INTEGRADA

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 2510/2016-e

EMENTA: AUDITORIA INTEGRADA REALIZADA NO ÂMBITO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL – IPREV/DF. RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA. DECISÃO Nº 3281/2017. DETERMINAÇÕES À JURISDICIONADA. HABILITAÇÃO DO SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO E DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – SINDICAL. PEDIDO DE REEXAME. DECISÃO Nº 4603/2018. REFORMA PARCIAL DA DECISÃO Nº 3281/2017. MANIFESTAÇÃO DO IPREV/DF. DECISÃO Nº 3598/2019. CUMPRIMENTO PARCIAL DAS DILIGÊNCIAS. NOVAS DETERMINAÇÕES. DECISÃO 972/2021. PARCIAL ATENDIMENTO DAS DILIGÊNCIAS. SOBRESTAMENTO DA APRECIACÃO DE MÉRITO DAS REPRESENTAÇÕES CONSTANTES DO PROCESSO 27.781/17-E (APENSO), ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 1.007.271-STF E DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2018.00.2.002901-7 – TJDF. MANIFESTAÇÃO DA SEEC E DO IPREV/DF. DECISÃO Nº 428/2022. PARCIALMENTE ATENDIDOS OS COMANDOS DECISÓRIOS. DETERMINAÇÕES AO GOVERNADOR E AO IPREV/DF. ESCLARECIMENTOS APRESENTADOS POR MEIO DO OFÍCIO Nº 368/2022 - IPREV/PRES. DECISÃO Nº 5268/2022. CUMPRIMENTO PARCIAL DA DELIBERAÇÃO PLENÁRIA. NOVAS DETERMINAÇÕES À JURISDICIONADA. RESPOSTA VIA OFÍCIO Nº 228/2023 - IPREV/PRESI E OFÍCIO Nº 2967/2023 - SEPLAD/GAB. **NESTA FASE: ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DILIGÊNCIAS. ÁREA TÉCNICA OPINAR POR DETERMINAÇÕES ÀS JURISDICIONADAS E AUDIÊNCIA DOS RESPONSÁVEIS. PARECER CONVERGENTE DO MPC.**

1. Retornam ao Ministério Público de Contas os autos em referência, que tratam de auditoria integrada no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, tendo como objeto sua atuação na gestão financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Distrito Federal.
2. Na última assentada, o Tribunal, por meio da **Decisão nº 5268/2022** (346), deliberou nos seguintes termos:

DA7



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 280/2022 – IPREV/PRESI (Peça n.º 290), acompanhado dos documentos constantes das Peças n.ºs 266/289 e Ofício n.º 368/2022 – IPREV/PRESI (Peça n.º 329), acompanhado dos documentos de Peças n.ºs 321, 322 e 324/328; b) do Relatório de Avaliação Atuarial de 2022 dos planos previdenciários administrados pelo IPREV/DF (Peça n.º 323); c) do Ofício n.º 3468/2022 – SEEC/GAB (Peça n.º 307), e anexos de Peças n.ºs 295/306; d) do Ofício n.º 270/2022 – GAG/CJ (Peça n.º 314), acompanhado de peças 315/319; e) dos Processos SEI n.ºs 00413-00003255/2021-60, 00413-00002921/2021- 42 e 004133-00003617/2021-12, associados aos autos conforme Termo de Peça n.º 330; f) do trânsito em julgado da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 2018.00.2.002901-7 – TJDF (Peça n.º 331); g) da Informação n.º 112/2022 – Digem1 (e-DOC B7327AB3-e); h) do Parecer n.º 1082/2022-GIP/ML (e-DOC F2F10D83-e); II – considerar, em relação à Decisão n.º 428/2022: a) atendidos os itens “III.a” e “V”; b) parcialmente atendidos os itens “III.b” e “VII.c”; c) não observada a recomendação constante do item “IV”; d) não atendidos os itens “VI”, “VII.a” e “VII.b”; III – reiterar a recomendação contida no item IV da Decisão n.º 428/2022 no sentido de que o Sr. Governador do Distrito Federal e a Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, ante as projeções de déficits anuais crescentes para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal até o exercício de 2041, conforme Avaliação Atuarial de 2021, adotem medidas para evitar ou mitigar o contexto fiscal desfavorável ao Distrito Federal; IV – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, preste informações atualizadas sobre: a) o resultado da avaliação dos imóveis realizada pela empresa contratada por meio do Pregão Eletrônico n.º 116/2022 e as medidas subsequentes para o completo atendimento da deliberação constante do item II.b da Decisão n.º 3.281/2017, no sentido de que ao realizar o acerto de contas para a quitação dos valores revertidos do antigo Fundo Capitalizados, cujos saques foram autorizados pelas Leis Complementares n.ºs 899/2016 e 920/2017, inclua na recomposição devida ao Fundo Solidário Garantidor a correção monetária e a diferença de rendimento que a Autarquia obteria se os recursos fossem aplicados de acordo com a Política de Investimentos do RPPS/DF; b) as providências adotadas no Processo SEI n.º 00413-00003617/2021-12 relativas à permuta dos imóveis incorporados ao FSG por força da Lei Complementar n.º 917/2016 que, por pendências judiciais ou interesse público, são incapacitados de rentabilização; V – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal que, no prazo de 90 (noventa) dias, disponibilize acesso integral ao Processo n.º 00413-00005576/2021-07, mediante link com validade mínima de um ano, para o e-mail segem.gab@tc.df.gov.br; VI – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração do Distrito Federal - SEPLAD/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, informem o resultado da análise de viabilidade orçamentária e financeira do plano de equacionamento sugerido na Avaliação Atuarial de 2022, para financiamento do déficit técnico atual do Plano



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

Previdenciário, alertando-os de que, o descumprimento da deliberação plenária, sem causa justificada, poderá ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 1/94; VII – reiterar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF, alertando-o para a possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar n.º 1/94: a) a determinação constante do inciso V, alínea “c”, da Decisão n.º 972/2021, reiterada pelo item “VII.a” da Decisão n.º 428/2022, no sentido de divulgar, em seu sítio eletrônico, tempestivamente, as informações contidas nos formulários de Autorização de Aplicação e Resgate – APR, além da composição de sua carteira de investimentos, em conformidade com a Portaria MPS n.º 519/2011, art. 3º, inciso VIII, alíneas “b” e “c”; b) a determinação constante do item “IV.a” da Decisão n.º 3.598/2019, reiterada pelos itens “VI.a” da Decisão n.º 972/2021 e “VII.b” da Decisão n.º 428/2022, para que, doravante, inclua nas avaliações atuariais relativas ao RPPS/DF, a memória de cálculo e o embasamento técnico para os valores projetados para as receitas a serem destinadas pelo Fundo Solidário Garantidor – FSG ao Fundo Financeiro de Previdência Social, além de incluir, nos futuros testes de aderência de premissas atuariais, a verificação dos critérios adotados; VIII – autorizar: a) o envio de cópia da Informação n.º 112/2022 – Digem1, do Parecer n.º 1082/2022-G1P/ML, do relatório/voto do Relator e desta decisão ao Iprev/DF, ao Sr. Governador do Distrito Federal, à CLDF e à Seplad/DF, para subsidiar o cumprimento das diligências em análise; b) o retorno dos autos à Segem/TCDF, para os devidos fins.

3. Em observância ao Decisum acima, o IPREV/DF manifestou-se mediante o Ofício n° 228/2023 - IPREV/PRESI (peça 356); a SEPLAD via Ofício n° 2967/2023 - SEPLAD/GAB (peça 358) e a Consultoria Jurídica da Governadoria do DF mediante o Ofício n° 226/2023 - GAG/CJ (peça 360). Também foram disponibilizados, mediante o fornecimento de links, acesso ao inteiro teor dos processos solicitados pela Corte (peças 379 e 283). Registre-se que Câmara Legislativa do DF não se manifestou nos autos.

4. O Corpo Instrutivo, mediante a Informação n° 66/2023-DIGEM1 (peça 390), entendeu que as determinações da Corte foram cumpridas apenas parcialmente, sugerindo, pois, novas diligências à jurisdicionada e a audiência dos responsáveis, consoante os seguintes termos conclusivos:

“99. A partir do exame das informações e documentos encaminhados pelas jurisdicionadas em face da Decisão n° 5.268/22, elaboramos o quadro abaixo com as conclusões obtidas e as proposições sugeridas:

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

Itens Decisão nº 5.268/2022	Conclusão	Proposta	Ref (§§)
III	Não houve manifestação	Alerta e acompanhamento em futuras fiscalizações	9º/21
IV.a	Parcialmente atendido	Nova determinação	22/35
IV.b	Atendido	Nova determinação	36/54
V	Atendido (disponibilização do processo)	-	55/66
VI	Atendido (informações prestadas)	-	67/71
VII.a	Não atendido	Reiteração e audiência	72/81
VII.b	Não atendido	Reiteração e audiência	82/95

5. Ao final, sugeriu ao Plenário:

“I - tomar conhecimento do(a)(s):

a) Ofício nº 228/2023 – IPREV/PRESI (peça 356) e dos documentos que o acompanham (peças 362/370);

b) Ofício nº 2.967/2023 – SEPLAD/GAB (peça 358) e seus anexos (peças 374/373);

c) Ofício nº 226/2023 – GAG/CJ (peça 360) e os expedientes por ele encaminhados (peças 374/375);

d) Processos SEI nos 00413-00005576/2021-07, 00413- 00000465/2023-68 e 00410-00002673/2018-19, associados aos autos;

e) demais documentos juntados aos autos (peças 377/387);

f) presente Informação; g) Matriz de Responsabilização de peça 388;

II - considerar, com relação à Decisão nº 5.268/2022:

a) atendidos os itens IV.b, V e VI;

b) parcialmente atendido o item IV.a;

c) não atendidos os itens VII.a e VII.b;

III - alertar o Sr. Governador do Distrito Federal e a Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF para as projeções de déficits anuais crescentes para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal até o exercício de 2040, conforme Avaliação Atuarial de 2023, a fim de que sejam adotadas medidas para evitar ou mitigar o contexto fiscal desfavorável ao Distrito Federal;

IV - determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, adote as medidas necessárias à:

a) divulgação, em seu sítio eletrônico, tempestivamente, das informações contidas nos formulários de Autorização de Aplicação e Resgate – APR, além da composição de sua carteira de investimentos, em conformidade com o art. 148 da Portaria/MPT nº 1.467, de 2 de junho de 2022;



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

b) inclusão nas avaliações atuariais relativas ao Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF, da memória de cálculo e do embasamento técnico para os valores projetados para as receitas a serem destinadas pelo Fundo Solidário Garantidor – FSG ao Fundo Financeiro de Previdência Social, além de inserir, nos futuros testes de aderência de premissas atuarias, a verificação dos critérios adotados;

V - determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal que, no prazo de 90 (noventa) dias, apresente informações atualizadas sobre as providências adotadas nos Processos SEI nos 00413-00003617/2021-12 e 00410-00002673/2018-19 relativas à permuta dos imóveis incorporados ao FSG por força da Lei Complementar nº 917/2016 que, por pendências judiciais ou interesse público, são incapacitados de rentabilização;

VI - determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – SEPLAD/DF que adotem, no prazo de 90 (noventa) dias, as medidas necessárias para realização do acerto de contas para a quitação dos valores revertidos do antigo Fundo Capitalizado, cujos saques foram autorizados pelas Leis Complementares nos 899/2016 e 920/2017, incluindo na recomposição devida ao Fundo Solidário Garantidor a correção monetária e a diferença de rendimento que a Autarquia obterá se os recursos fossem aplicados de acordo com a Política de Investimentos do RPPS/DF;

VII - ordenar a audiência dos responsáveis indicados no Quadro 1, parágrafo 81, desta Informação, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em função das irregularidades apontadas na Matriz de Responsabilização de peça 388, haja vista a possibilidade aplicação das penalidades ali indicadas;

VIII - autorizar a disponibilização desta Informação, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida aos órgãos e entidades nominados nos itens anteriores para conhecimento do seu teor e para subsidiar o cumprimento das diligências; IX - restituir os autos à Segem para os devidos fins.”

6. Em seguida, os autos foram encaminhados ao Ministério Público para pronunciamento, conforme Despacho Singular nº 412/2023 – GCIM (peça 393).

7. É o breve relato. Passo a opinar.

8. Ressalte-se que, neste átimo processual, a *quaestio* está circunscrita ao exame das informações das jurisdicionadas, em cumprimento às determinações emanadas pela **Decisão nº 5268/2022**.

9. Destaco, ainda, que este **Parquet** especial possui entendimento **convergente** com o zeloso Corpo Técnico, conforme a seguir exposto.

Item III – reiterar a recomendação contida no item IV da Decisão n.º 428/2022 no sentido de que o Sr. Governador do Distrito Federal e a Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF,



ante as projeções de déficits anuais crescentes para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal até o exercício de 2041, conforme Avaliação Atuarial de 2021, adotem medidas para evitar ou mitigar o contexto fiscal desfavorável ao Distrito Federal.

10. Em relação ao item acima, a Consultoria Jurídica do Gabinete do Governador, assim como na fase precedente, reportou-se às informações prestadas pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal - SEPLAD/DF e pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV/DF. A Câmara Legislativa do DF quedou-se inerte, embora regularmente comunicada do Decisum.

11. Nada obstante, o Corpo Técnico, com base nas informações do IPREV/DF (Ofício nº 228/2023-IPREV/PREVI), constantes à peça 356, analisou detidamente o item em questão. Dada a relevância da análise empreendida pela Instrução, peço vênha para reproduzir, no que interessa, os seguintes excertos da Informação nº 66/2023 (peça 390):

“11. É certo que eventuais medidas para enfrentamento da situação fiscal desfavorável ao erário distrital carecem de deliberação legislativa e atuação política. No entanto, após diversas etapas de fiscalização, não houve a apresentação de qualquer manifestação acerca do tema.

12. Não obstante a ausência de manifestação, há de se considerar a informação contida no Ofício nº 228/2023 – IPREV/PRESI (peça 356) no sentido de não ter sido identificada necessidade de “adoção de medidas para evitar ou mitigar o contexto fiscal, uma vez que o resultado atuarial e financeiro é superavitário”.

13. Tal assertiva amparou-se no Relatório de Reavaliação Atuarial², data-base 31/12/2022 (peça 370), do qual extraímos os seguintes excertos:

“O presente relatório tem por finalidade apresentar os resultados da avaliação atuarial dos planos de benefícios previdenciários administrados pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV, na data-base de 31 de dezembro de 2022, conforme disposto no art. 1º da Portaria MTP nº 1467, de 02 de junho de 2022.

(...)

*As **Provisões Matemáticas do Plano Previdenciário** perfaziam, na data-base desta Reavaliação Atuarial, o montante de R\$ 259.874.934,98. Sendo o patrimônio para cobertura das obrigações desse passivo atuarial no montante de R\$ 454.655.413,71 **atestamos** que tal fundo apresentou um **Superávit Atuarial** igual a R\$ 194.780.478,73. Ainda, sobre a situação financeira do Plano Previdenciário, na data-base desta Reavaliação Atuarial **verifica-se um resultado financeiro positivo,***

² Relatório elaborado pela empresa contratada para a realização da avaliação atuarial do exercício de 2023, Inove Consultoria Atuarial e Previdenciária, conforme solicitação feita pelo Iprev/DF (Ofício nº 720/2022 – IPREV/PRESI, peça 362).



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

que representa 41,45% da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Da mesma forma, as **Provisões Matemáticas do Plano Financeiro** perfaziam, na data-base desta Reavaliação Atuarial, o montante de R\$ 149.544.890.440,51. Sendo o patrimônio para cobertura das obrigações desse passivo atuarial no montante de R\$ 121.118.890,59 atestamos que tal fundo apresentou um Déficit Atuarial igual a R\$ 149.423.771.549,92. Ainda, sobre a situação financeira do Plano Financeiro, na data-base desta Reavaliação Atuarial verifica-se um **resultado financeiro negativo**, que representa 50,51% da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos

(...)

Ante todo o exposto, conclui-se que a **situação econômica-atuarial do Plano de Benefícios do Plano Previdenciário, em 31 de dezembro de 2022, apresenta-se de forma equilibrado no seu aspecto financeiro e atuarial. Além do mais, é importante adotar medidas que venham a reduzir o Déficit Atuarial**, tais como o levantamento da informação referente ao Tempo de Contribuição a outros regimes previdenciários anteriormente à admissão dos servidores, bem como a viabilização de aporte de recursos ao fundo.” (Grifos acrescentados)

14. Nos tópicos relativos à segregação da massa de servidores⁹ é indicado que o Plano Previdenciário se encontra superavitário, sendo recomendada a manutenção das alíquotas praticadas. No que concerne ao plano financeiro, identificou-se um déficit atuarial, porém, também foi sugerida a manutenção do patamar contributivo¹⁰:

“10) Parecer Atuarial – Plano Previdenciário

O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV, buscando verificar a adequação do atual Plano de Custeio previdenciário, contratou a INOVE Consultoria a fim de elaborar a avaliação atuarial do plano previdenciário para o exercício de 2023. Procedeu-se a Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2022, contemplando as normas vigentes, bem como os dados individualizados dos servidores ativos, aposentados e pensionistas e as informações contábeis e patrimoniais, levantados e informados pelo RPPS, todos posicionados na data-base de 31/12/2022.

10.1) Composição da massa de segurados

A composição da população de servidores do PLANO PREVIDENCIÁRIO demonstra que **o total de aposentados e pensionistas representa uma parcela de 0,11% da massa de servidores ativos. Esta distribuição aponta para uma proporção de 929,17 servidores ativos para cada benefício concedido.**

Considerando a evolução na expectativa de vida da população brasileira e mundial, a proporção de participantes em gozo de benefício aumenta, podendo chegar à equiparação com a massa de servidores ativos.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

Neste ínterim, torna-se essencial à constituição de um Plano Previdenciário plenamente equilibrado e financiado pelo Regime Financeiro de Capitalização, tendo em vista a formação de Provisões Matemáticas para a garantia de pagamento dos benefícios futuros.

(...)

10.7) Situação financeira e atuarial do RPPS

*As **Provisões Matemáticas do Plano Previdenciário** perfaziam, na data-base desta Reavaliação Atuarial, o montante de R\$ 259.874.934,98. Sendo o patrimônio para cobertura das obrigações desse passivo atuarial no montante de R\$ 454.655.413,71 atestamos que tal fundo **apresentou um Superávit Atuarial** igual a R\$ 194.780.478,73.*

*Ainda, sobre a situação financeira do Plano Previdenciário, na data base desta Reavaliação Atuarial verifica-se um **resultado financeiro positivo**, que representa 41,45% da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos.*

10.8) Plano de Custeio a ser implementado

*Considerando que o Custo Normal calculado foi de 28,81% e que as contribuições vertidas ao Plano Previdenciário estão em 42,00%, **recomenda-se manter as alíquotas praticadas**. A contribuição dos aposentados e pensionistas incidirá sobre a parcela do benefício excedente ao salário-mínimo.*

(...)

10.11) Considerações Finais

*Ante todo o exposto, conclui-se que **a situação econômica-atuarial do Plano de Benefícios do Plano Previdenciário, em 31 de dezembro de 2022, apresenta-se de forma equilibrado no seu aspecto financeiro e atuarial**. Desta forma, **recomenda-se manter o custo normal**.*

(...)

15) Parecer Atuarial – Plano Financeiro

O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV, buscando verificar a adequação do atual Plano de Custeio previdenciário, contratou a INOVE Consultoria a fim de elaborar a avaliação atuarial para o exercício de 2023. Procedeu-se a Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2022, contemplando as normas vigentes, bem como os dados individualizados dos servidores ativos, aposentados e pensionistas e as informações contábeis e patrimoniais, levantados e informados pelo RPPS, todos posicionados na data-base de 31/12/2022.

15.1) Composição da massa de segurados

*A composição da população de servidores do Plano Financeiro demonstra que **o total de aposentados e pensionistas representa uma parcela de 102,20% da massa***



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

*de servidores ativos. Esta distribuição aponta para uma **proporção de 0,98 servidores ativos para cada benefício concedido.***

Considerando a evolução na expectativa de vida da população brasileira e mundial, a proporção de participantes em gozo de benefício aumenta, podendo chegar à equiparação com a massa de servidores ativos. Neste íterim, torna-se essencial à constituição de um plano previdenciário plenamente equilibrado e financiado pelo Regime Financeiro de Capitalização, tendo em vista a formação de Provisões Matemáticas para a garantia de pagamento dos benefícios futuros.

(...)

15.7) Situação financeira e atuarial do RPPS

*As Provisões Matemáticas do Plano Financeiro perfaziam, na data base desta Reavaliação Atuarial, o montante de R\$ 149.544.890.440,51. Sendo o patrimônio para cobertura das obrigações desse passivo atuarial no montante de R\$ 121.118.890,59 atestamos que tal fundo apresentou um **Déficit Atuarial** igual a R\$ 149.423.771.549,92.*

*Ainda, sobre a situação financeira do Plano Financeiro, na data-base desta Reavaliação Atuarial verifica-se **um resultado financeiro negativo**, que representa 50,51% da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos.*

15.8) Plano de Custeio a ser implementado

*Considerando que o Custo Normal calculado foi de 28,81% e que as contribuições vertidas ao Plano Financeiro estão em 42,00%, **recomenda-se manter as alíquotas praticadas.** A contribuição dos aposentados e pensionistas incidirá sobre a parcela do benefício excedente ao teto dos benefícios pagos pelo RGPS.” (Grifos originais e acrescidos)*

*15. Observe-se que a conclusão exposta no Relatório de peça 370, em relação ao **Plano Previdenciário**, é diversa daquela constante do Relatório de Avaliação atuarial 2022, data-base 31/12/2021 (peça 323), no qual foi indicado o desequilíbrio atuarial e recomendada a implementação de plano de equacionamento para amortização do déficit, por meio da implementação de alíquota suplementar de 13,35% por 35 anos (até 2056)³.*

*16. No que diz respeito ao **Plano Financeiro**, verifica-se que permanece a situação de déficit, porém, com uma redução no montante em comparação com a avaliação anterior⁴, sendo mantida a recomendação de manutenção das alíquotas praticadas.*

³ Pp. 24-25, peça 323.

⁴ No Relatório de 2022 (peça 323), foi indicado um déficit técnico atuarial de R\$ R\$ 336.459.694.441,67 (considerando, além das Provisões Matemáticas do Plano Financeiro, as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC); Já no documento de peça 370, o déficit foi no montante de R\$ 149.423.771.549,92 (considerando apenas as Provisões Matemáticas do Plano Financeiro).



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

17. A partir de tais considerações, verificamos que a assertiva do Iprev/DF constante do expediente de peça 356 no sentido de que o “resultado atuarial e financeiro é superavitário” é parcialmente correta. Conforme descrito nos parágrafos precedentes, em relação ao **Plano Previdenciário**, o novo relatório elaborado pela Inove Consultoria Atuarial e Previdenciária (peça 370), de fato, demonstra uma situação superavitária. Todavia, em relação ao **Plano Financeiro**, não obstante a sugestão de manutenção das alíquotas praticadas, aquela empresa de consultoria apontou **déficit atuarial e resultado financeiro negativo**.

18. Há de se registrar que a projeção do Plano Financeiro aponta para agravamento do déficit até o exercício de 2040. A partir desse ano, observa-se uma desaceleração, porém, com permanência da situação deficitária (...)

19. Nesse contexto, cumpre relembrar que, por meio da Decisão nº 428/2022 (peça 256), a Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública - SEMAG deste Tribunal foi cientificada da recomendação direcionada ao Sr. Governador do Distrito Federal e à Câmara Legislativa do Distrito Federal, uma vez que a deliberação plenária se referia à recomendação de caráter permanente.

20. Destarte, ante a informação da modificação do cenário do Plano Previdenciário e considerando a cientificação da SEMAG, Unidade Técnica responsável pela macroavaliação da gestão pública, entendemos contraproducente sugerir a reiteração da recomendação, vez que o acompanhamento da questão pode ser realizado em futuras fiscalizações a serem realizadas pelo Tribunal.

21. Por outro lado, considerando a relevância do tema, entendemos oportuno alertar o Sr. Governador do Distrito Federal e a Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF para as projeções de déficits anuais crescentes para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal até o exercício de 2040, conforme Avaliação Atuarial de 2023, a fim de que sejam adotadas medidas para evitar ou mitigar o contexto fiscal desfavorável ao Distrito Federal”. Grifos acrescidos.

12. Com efeito, as informações encaminhadas a esta Corte de Contas pelo IPREV/DF, via Ofício Nº 228/2023 - IPREV/PRES (peça 356), revelam que “o plano não necessita de plano de equacionamento de déficit tendo em vista que conforme demonstrado na Avaliação Atuarial de 2023, o plano encontra-se superavitário [...] não há necessidade de adoção de medidas para evitar ou mitigar o contexto fiscal, uma vez que o resultado atuarial e financeiro é superavitário”.

13. Todavia, o Relatório de Reavaliação Atuarial (peça 370), elaborado pela empresa INOVE Consultoria Atuarial e Previdenciária a pedido do IPREV/DF, **não** confirma inteiramente a assertiva acima, como bem salientado pelo Corpo Técnico.

14. Segundo consta do aludido relatório, as Provisões Matemáticas do **Plano Previdenciário** apresentaram um **Superávit** Atuarial, ao passo que as Provisões Matemáticas do **Plano Financeiro** apresentaram **Déficit** Atuarial e **resultado financeiro negativo**, embora tenha concluído o relatório que “a situação econômica-atuarial do Plano de Benefícios do Plano Previdenciário, em 31 de dezembro de 2022, apresenta-se de forma equilibrado no seu aspecto



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

financeiro e atuarial”. No entanto, sugeriu ao IPREV/DF “adotar medidas que venham a reduzir o Déficit Atuarial”.

15. Importante ressaltar, ainda, que citado relatório projeta um agravamento do déficit do Plano Financeiro até o exercício de 2040, cujo equacionamento demanda, também, atuação política e legislativa para tal fim, razão pela qual entendo que andou bem o Corpo Técnico sugerir **alerta** ao Sr. Governador do Distrito Federal e à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, acerca de tal fato.

16. De outro lado, considerando que na fase precedente o Sr. Governador do DF e a Câmara Legislativa do DF não atenderam ao comando da Corte para apresentar informações detalhadas e específicas sobre a implementação de alíquota tendente a equacionar o déficit atuarial, situação que se repete neste momento processual, este MPCDF **não** se opõe à proposta do Corpo Técnico para que a questão em tela possa ser acompanhada em futuras fiscalizações no âmbito deste Tribunal.

Item IV – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, preste informações atualizadas sobre:

a) o resultado da avaliação dos imóveis realizada pela empresa contratada por meio do Pregão Eletrônico n.º 116/2022 e as medidas subsequentes para o completo atendimento da deliberação constante do item II.b da Decisão n.º 3.281/2017, no sentido de que ao realizar o acerto de contas para a quitação dos valores revertidos do antigo Fundo Capitalizados, cujos saques foram autorizados pelas Leis Complementares n.ºs 899/2016 e 920/2017, inclua na recomposição devida ao Fundo Solidário Garantidor a correção monetária e a diferença de rendimento que a Autarquia obteria se os recursos fossem aplicados de acordo com a Política de Investimentos do RPPS/DF.

17. A esse respeito, o IPREV/DF destaca, inicialmente, que, após uma nova avaliação dos imóveis do Fundo Solidário Garantidor – FSG (Processo SEI-GDF nº 00413-00003255/2021-60), verificou-se “*uma queda geral no valor dos imóveis em 22% (vinte e dois por cento), que corresponde a um déficit de R\$ 292.487.393,00*”. A fim de corroborar o alegado, apresentou tabela contendo os valores das avaliações dos imóveis do FSG e o valor do potencial rendimento (peça 356, p. 4/5).

18. Quanto ao acerto de contas para a quitação dos valores revertidos do antigo Fundo Capitalizados, cujos saques foram autorizados pelas Leis Complementares n.ºs 899/2016 e 920/2017, ressaltou que foi solicitada a recomposição devida ao referido fundo, bem como “*a diferença de rendimento que o FSG obteria se os recursos fossem aplicados de acordo com a Política de Investimento do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev/DF*”, ambos tratados no âmbito do Processo SEI-GDF nº 00413-00000465/2023-68.

19. Por outro lado, relativamente ao potencial de rendimento atingido pelo FSG, informa a jurisdicionada ter alcançado rentabilidade no patamar de 46,31%, esclarecendo que o cálculo foi baseado na lucratividade obtida entre os exercícios de 2017 e 2022. E arremata aduzindo que: “*a diferença de rendimento que a Autarquia obteria se os recursos fossem aplicados seria R\$ 616.254.823,02 (seiscentos e dezesseis milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e vinte e três reais e dois centavos)*”.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

20. Sobre o teor dos citados Processos (00413-00003255/2021-60 e 00413-00000465/2023-68), merece destaque a síntese apresentada na peça instrutiva:

“Processo SEI Nº 00413-00003255/2021-60

25. *Conforme consta da Informação nº 112/2022 – Digem 1 (peça 332), o Processo 00413-0003255/2021-60 trata da contratação da empresa PR1 Engenharia Ltda.17 para realização de avaliação de imóveis de propriedade do Fundo Solidário Garantidor vinculado ao IPREV/DF.*

26. *Em sua última manifestação nos autos (peça 356), o Iprev/DF apresentou uma tabela com os valores alcançados na avaliação realizada pela empresa vencedora do Pregão Eletrônico nº 116/2022. A fim de obtermos mais informações sobre os trabalhos realizados pela empresa contratada, solicitamos a disponibilização de link de acesso ao Processo nº 00413-0003255/2021-60.*

27. *Por meio dos laudos de avaliação elaborados pela empresa PR1 Engenharia Ltda., corroboramos os valores constantes da tabela transcrita no parágrafo 22. Referidos laudos apresentaram os valores mínimo, médio e de mercado, sendo considerado este último na tabela apresentada pelo Iprev/DF.*

28. *Ainda em relação aos valores de avaliação dos imóveis apresentadas pelo Iprev/DF no expediente de peça 356, importa registrar que a avaliação acatada pelo Conselho de Administração daquela Autarquia consta das atas das 61ª, 62ª e 64ª Reuniões Extraordinárias do mencionado Colegiado (pp.1-11, peça 385).*

Processo SEI Nº 00413-00000465/2023-68

29. *Nos termos noticiados no expediente de peça 356, a recomposição devida ao FSG é objeto do Processo SEI nº 00413-00000465/202368. A fim de verificar as providências informadas, solicitamos, em 15/06/2023, acesso aos aludidos autos.*

30. *Da leitura dos documentos disponibilizados, observamos que, em 28/02/2023, os autos foram encaminhados à Diretoria Jurídica do Iprev/DF para adoção das providências cabíveis no que concerne à recomposição dos valores que deixaram de ser rentabilizados.*

31. *A resposta da área jurídica da Autarquia ocorreu em 16/06/2023 e apenas pontuou que as providências a serem adotadas deveriam ser efetivadas junto à SEPLAD, não havendo medidas no âmbito daquela DIJUR.*

32. *Na sequência, o pleito foi encaminhado, em 16/06/2023, à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal. Nos expedientes disponibilizados não consta manifestação daquela Pasta.”*

21. O Corpo Técnico, ao analisar as manifestações da jurisdicionada, considerou suficientes os esclarecimentos a respeito da avaliação dos imóveis.

22. Por outro lado, no que toca à recomposição devida ao FSG, pontuou o seguinte:



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

“34. Quanto à recomposição devida ao FSG, é possível verificar que, apesar da resposta ofertada ao Tribunal (peça 356) de que já haviam sido adotadas providências a esse respeito, na realidade, não existem, até a presente data, medidas objetivas a esse respeito, uma vez que apenas em 16/06/2023 a solicitação inicial foi encaminhada à SEPLAD.

*35. Dessa maneira, faz-se necessário **determinar** ao Iprev/DF e à SEPLAD que adotem, com a urgência que o caso requer, as medidas necessárias à recomposição devida ao Fundo Solidário Garantidor – FSG, bem como a diferença de rendimento que a Autarquia obterá se os recursos fossem aplicados de acordo com a política de investimentos do RPPS/DF.”*

23. Sem reparos a conclusão alcançada pelo zeloso Corpo Técnico.

24. De fato, as informações apresentadas pela jurisdicionada, em relação à situação da avaliação dos imóveis no FSG, são satisfatórios, uma vez que, consoante se extrai do Processo nº 00413-0003255/2021-60, os laudos de avaliação apresentados pela empresa PR1 Engenharia Ltda, contratada para esta finalidade, corroboram os valores indicados pelo IPREV/DF (peça 356, p. 4/5).

25. Quanto à recomposição dos valores revertidos do antigo Fundo Capitalizado, cujos saques foram autorizados pela Lei Complementar nº 899/2016 e pela Lei Complementar nº 920/2017, embora tenha sido autuado o Processo SEI nº 00413-00000465/2023 para tratar do assunto, verifica-se que, de fato, **não** houve conclusão sobre a recomposição dos valores, uma vez que os autos, após tramitarem perante a Diretoria Jurídica do IPREV/DF, seguiu para a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – SEPLAD, porém, sem qualquer informação a respeito de eventuais desdobramentos no âmbito daquela Pasta.

26. Em sendo assim, mostra-se pertinente a proposta do Corpo Técnico no sentido de que o IPREV/DF e a SEPLAD adotem medidas com vistas *“à recomposição devida ao Fundo Solidário Garantidor – FSG, bem como a diferença de rendimento que a Autarquia obterá se os recursos fossem aplicados de acordo com a política de investimentos do RPPS/DF”*.

Item IV – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, preste informações atualizadas sobre:

b) as providências adotadas no Processo SEI n.º 00413-00003617/2021-12 relativas à permuta dos imóveis incorporados ao FSG por força da Lei Complementar n.º 917/2016 que, por pendências judiciais ou interesse público, são incapacitados de rentabilização.

27. Com o intuito de demonstrar o cumprimento da determinação acima, a jurisdicionada relatou a cronologia dos atos praticados:

“1. Ofício N° 46/2022 - IPREV/PRESI (78593719) 25/01/2022, solicitando permuta dos imóveis à Secretaria de Estado de Economia - SEEC;

2. Ofício N° 214/2022 - IPREV/PRESI (84844340) 24/04/2022, complementando informações e acrescentando mais imóveis para a permuta;



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

3. *Ofício N° 3963/2022 - SEEC/GAB (89599416) 28/06/2022, informando sobre a identificação dos imóveis e as tratativas dos imóveis com impedimentos legais no processo sei (00410-00002673/2018-19);*
4. *Ofício N° 417/2022 - IPREV/PRESI (91308813) 19/07/2022, Solicitando a inclusão do Iprev/DF nas tratativas do Processo SEIGDF n° 00410-00002673/2018-19 e reiterando a necessidade do andamento do processo de permuta dos imóveis incorporados ao FSG por força da Lei Complementar n.º 917/2016 que, por pendências judiciais ou interesse público;*
5. *Reunião dia 18/11/2022 (104299791) entre Iprev/DF e SEPLAD quanto as providências a serem adotadas relativas à permuta dos imóveis incorporados ao Fundo Solidário Garantidor - FSG;*
6. *Envio da lista de imóveis (104303053) 06/12/2023, com sugestões para possível permuta dos imóveis incorporados ao Fundo Solidário Garantidor - FSG;*
7. *Ofício N° 56/2023 - IPREV/PRESI (104455168) 24/01/2023, indicando os imóveis de interesse para permuta e solicitando informações quanto á valores e demarcações.”*

28. Quanto ao teor dos Processos SEI n°s 00413-00003617/2021-12 e 00410-00002673/2018-19, segue a síntese apresentada na Informação n° 66/2023 (peça 390):

“Processo SEI n° 00413-00003617/2021-12

37. *Conforme mencionado na Informação n° 112/2022-Digem1, o Processo SEI n° 00413-00003617/2021-12 trata da permuta de imóveis incorporados ao FSG que apresentavam a probabilidade de não gerar a rentabilidade projetada. Referidos imóveis foram indicados pelo Iprev/DF nos Ofícios nos 46/2022 – IPREV/PRESI e 214/2022 – IPREV/PRESI24, conforme tabela abaixo, sendo solicitada à então Secretaria de Estado de Economia a permuta no valor total de R\$ 91.750.300,00:*



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

Item	Imóvel	Motivo para permuta
1	SHI/N QL13 LOTE B	SEGETH apresentou projeto de contratação de masterplan em estágio final, demonstrando grande interesse na área
2	SHI/N QI 04 LOTE D	Área invadida e com elevada restrição de uso
3	SAMAMBAIA QN 319 AE 01	Ocupado pela Administração Regional de Samambaia (campo de futebol utilizado amplamente pela comunidade local), que demonstrou interesse pela área; valor do aluguel insuficiente para monetizar o ativo de forma razoável
4	SGO QD 4 AE LOTE 11	Ocupado pelo SAMU; área com elevada restrição de uso (inserido no CUB); valor do aluguel insuficiente para monetizar o ativo de forma razoável
5	SQS 203 BLOCO A APTO 502	Ocupado; ocupante cita direito a posse e preferência na aquisição do imóvel assegurado por decisão judicial transitada em julgado
6	SQS 203 BLOCO A APTO 403	Ocupado; ocupante cita direito a posse e preferência na aquisição do imóvel assegurado por decisão judicial transitada em julgado
7	SQS 203 BLOCO A APTO 404	Ocupado; ocupante cita direito a posse e preferência na aquisição do imóvel assegurado por decisão judicial transitada em julgado
8	SQS 203 BLOCO A APTO 204	Seplag irá convocar nova reunião c/ o morador para comunicar sobre opção de compra; morador entrou depois de 2008, não está no grupo dos que exigiram o direito de compra; poderia entrar na 1ª fase (verificar se todos os funcionais ocupados serão tratados da mesma forma)
9	SQS 203 BLOCO A APT 203	Pendências de condomínio totalizando R\$ 3mil; responsabilidade do GDF; Seplag irá convocar nova reunião c/ o morador para comunicar sobre opção de compra; morador entrou depois de 2008, não está no grupo dos que exigiram o direito de compra; poderia entrar na 1ª fase (verificar se todos os funcionais ocupados serão tratados da mesma forma)
10	SQS 203 BLOCO A APTO 504	Seplag irá convocar nova reunião c/ o morador tem interesse em comprar; poderia entrar na 1ª fase
11	SQS 315 BLOCO C APTO 604	Ocupado; direito de preferência na aquisição do imóvel assegurado por decisão judicial transitada em julgado; encontra-se na PGDF; imóvel com elevada pendência financeira (taxas de ocupação, condominial, TLP, entre outras)
12	SQS 403 BLOCO O APTO 102	Ocupado; direito de preferência na aquisição do imóvel assegurado por decisão judicial favorável a ocupantes, mas ainda sem trânsito em julgado
13	SHS QD. 2 BLOCO I e J, 2º subsolo, 52 vagas	GDF ganhou causa no passado e recebeu em vagas; possui dívida antiga de condomínio e de IPTU (~R\$ 50 mil) que o GDF tem cobrado o Hotel inclusive o contrato de concessão para análise. Dívida de IPTU/TLP de 1999/2000 em torno de R\$ 50 mil; processos judiciais: 0410.00418/2013 (questionamento sobre preço público); MP 2012.01.1.149921-9 2ª VFPDF (manutenção de posse, construção em terreno público)

Fonte: Ofícios nºs 46/2022 – IPREV/PRESI e 214/2022 – IPREV/PRESI

38. Na assentada anterior, registrou-se que restava pendente o levantamento, a ser realizado pela Subsecretaria de Contabilidade da então Secretaria de Economia do



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

Distrito Federal, de imóveis com características livres e desembaraçadas e capazes de serem permutados na forma requerida pelo Iprev/DF. Ao encaminhar os esclarecimentos acerca do tema, conforme descrito no parágrafo 36, a Autarquia tão-somente relacionou a cronologia das medidas adotadas.

39. A fim de obter maiores detalhes de tais medidas, solicitamos acesso ao aludido Processo SEI nº 00413-00003617/2021-12, cujas cópias foram associadas aos presentes autos.

*40. Verificamos que, após a solicitação do levantamento dos imóveis que poderiam ser permutados, ocorrida em **01/09/2022**, foi realizada Reunião entre a Diretoria de Investimentos vinculada ao Iprev/DF e a Secretaria de Planejamento, Administração e Orçamento para tratar das providências a serem adotadas para permuta dos imóveis incorporados ao FSG, na qual, entre outras tratativas, foi requerida a elaboração de lista de imóveis disponíveis para a permuta, sendo decidido que, após a indicação das unidades imobiliárias, deveria ser agendada nova reunião para solicitação de reserva dos imóveis e continuidade do processo⁵.*

41. Na sequência foi juntada aos autos lista com imóveis para permuta, a partir da qual foi realizada a triagem com seleção das unidades com potencial de rentabilização. Na sequência foi requerida a reserva dos seguintes imóveis (Ofício nº 56/2023-IPREV/PRESI, pp. 16-17, peça 386):

- 1) SHJB, Av. Bela Vista, Lt. P – São Sebastião;*
- 2) SHIN, Qd. CA-02, Lt. 22 – Lago Norte;*
- 3) SHIN, Qd. CA-02, Lt. 23 – Lago Norte;*
- 4) SHIN, Qd. CA-02, Lt. 17 – Lago Norte;*
- 5) SHIN, Qd. CA-02, Lt. 18 – Lago Norte;*
- 6) Rua 19 Norte, Lt. 01 – Águas Claras;*
- 7) Centro Urbano, Qd. 201, Conj. 06, Lt. 05 – Samambaia;*
- 8) Centro Urbano, Qd. 201, Conj. 07, Lt. 06 – Samambaia;*
- 9) QN 07, AE 02 – Riacho Fundo 1;*
- 10) SHIS QI 03 LT B – Lago Sul.*

42. No âmbito da SEPLAD, verificamos que, em fevereiro/2023, os imóveis indicados pelo Instituto de Previdência receberam em seu registro a anotação de “bloqueio para permuta com o IPREV”, à exceção do imóvel localizado à SHIN, Qd. CA-02, Lt. 23 – Lago Norte que se encontra reservado para a Administração do Lago Norte⁶.

43. A partir do bloqueio realizado não há novas manifestações do Iprev/DF.

⁵ Pp. 14-15, peça 386.

⁶ Pp. 18-31, peça 386.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

Processo SEI Nº 00410-00002673/2018-19

44. Em sua resposta ao item IV.b da Decisão nº 5.268/2022, o Iprev/DF menciona ter solicitado sua inclusão nas tratativas do Processo SEI nº 00410- 00002673/2018-19.

45. A fim de complementar a análise, solicitamos a disponibilização de acesso ao aludido Processo SEI nº 00410-00002673/2018-19, que foi autuado para incorporação de 44 imóveis ao patrimônio do Fundo Solidário Garantidor - FSG vinculado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal em atendimento à Lei Complementar nº 917/2016 e à Lei nº 5.729/2016.

46. Compulsando os autos disponibilizados, verificamos que, por meio do Parecer SEI-GDF nº 82/2018 – IPREV/DIJUR (pp. 26-34, peça 385), a Diretoria Jurídica do Iprev/DF, em face da existência de pendências financeiras e tributárias vinculadas a alguns imóveis que deveriam ser incorporados ao patrimônio do FSG, recomendou que fosse realizada a transferência “somente dos imóveis vazios e desocupados, e daqueles ocupados por entes públicos, uma vez que a transferência de imóveis com pendências administrativas, judiciais e tributárias poderá inviabilizar a rentabilização e a monetização dos bens imóveis, violando o inciso II do art. 73-A da Lei Complementar n. 769/2017, que estabelece a base do Fundo Solidário Garantidor em sistema de monetização e rentabilização de ativos que implique ampliação de suas reservas patrimoniais”.

47. Ao seu turno, o Ofício nº 57/2021-IPREV/PRESI (pp. 21-25, peça 385) apresenta a lista de imóveis transferidos ao patrimônio do Fundo Solidário Garantidor nos exercícios de 2018, 2019 e 2020. A partir da aludida lista, é possível observar que restavam 9 unidades imobiliárias que se encontravam com a situação sub judice junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal – TJDF, restando pendente de escrituração os seguintes imóveis:

- 1) SQS 203 BLOCO A APTO 203;*
- 2) SQS 203 BLOCO A APTO 204;*
- 3) SQS 203 BLOCO A APTO 403;*
- 4) SQS 203 BLOCO A APTO 404;*
- 5) SQS 203 BLOCO A APTO 502;*
- 6) SQS 203 BLOCO A APTO 504;*
- 7) SQS 203 BLOCO A APTO 603;*
- 8) SQS 315 BLOCO C APTO 604;*
- 9) SQS 403 BLOCO O APTO 102.*

48. Instada a se manifestar sobre a permanência de condição sub judice que oferecesse óbice à escrituração e registro dos imóveis acima relacionados, a Procuradoria-Geral do Distrito Federal pontuou que o Poder Judiciário assegurara



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

a opção de aquisição aos ocupantes dos imóveis indicados. Ante tal fato, a PGDF entendeu que não haveria óbice judicial à escrituração e ao registro para fins de incorporação ao FSG, com a ressalva da necessidade de ser oportunizada a opção aos interessados, a fim de assegurar o direito à aquisição dos imóveis por eles ocupados⁷:

“É assim, pois, que – e já respondendo à consulta formulada –, no que diz com o dito imóvel da SQS 403, Bloco O, Apartamento 102, NÃO subsiste óbice judicial à sua escrituração e registro, para fins de incorporação ao fundo DFPREV, desde que, oferecida – nos termos da sentença – a opção de aquisição aos autores daquela demanda, aquela não se tenha consumado, por ausência de manifestação a tempo e modo ou descumprimento de outros requisitos legais.

E a mesma resposta, pela ausência de óbice judicial à incorporação ao DFPREV, é a que se oferece quanto ao imóvel do apartamento da SQS 315, Bloco C, apartamento 604, eis que decisão final no processo judicial respectivo, nº 2002.01.1.058853-4, transitou em julgado, com manutenção do acórdão que dava provimento à Apelação dos autores (Rosemary Martins de Oliveira e outros) ‘para, reformando a sentença monocrática, assegurar aos apelantes o direito à aquisição do imóvel funcional em tela, observadas as demais condições legais aplicáveis à espécie, para tal finalidade’.

Por último, e da mesma forma, quanto aos demais imóveis relacionados no Despacho SEI-GDF SEPLAG/SAGA/UIPI(15299886) - respectivamente itens 19, 22, 23, 25 e 28 do Anexo Único da Lei Complementar Distrital nº 917/2016 -, e certo que eles foram objeto (conforme referido no dito despacho) do mesmo processo judicial nº 4621/95, no qual se assegurou, com trânsito em julgado, a opção de aquisição nos termos da lei aos ocupantes, autores daquela demanda, a resposta é a mesma, ou seja: não subsiste óbice judicial, desde que, da mesma forma, oferecida a opção de aquisição aos autores da demanda, aquela não se tenha consumado, por ausência de manifestação a tempo e modo ou descumprimento de outros requisitos legais.” (Grifos originais)

49. Posteriormente, mediante a Nota Jurídica nº 314/2021 – SEEC/GAB/AJL/UFAZ28, de 07/12/2021, a Assessoria Jurídico-Legislativa da então Secretaria de Economia do Distrito Federal entendeu necessária nova manifestação da PGDF, uma vez que não havia sido abordada a situação dos imóveis situados à SQS 203, Bloco A, apto. 203 e SQS 203, Bloco A, apto. 504.

50. Referida demanda foi examinada apenas em **10/04/2023**, mediante o Despacho – PGDF/PGCONT/PROMAI (pp. 42-45, peça 385) em que a PGDF aduz não ter ficado claro em relação aos dois imóveis questionados se a opção de aquisição das referidas unidades imobiliárias foi objeto de decisão judicial, bem como se eventual

⁷ Despacho – PGDF/PGCONT/PROMAI (pp.12-13, peça 385).



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

título de ocupação resguardaria os ocupantes ao menos pela garantia de opção de aquisição.

51. Em consequência, consignou-se que, para resposta quanto aos imóveis situados à SQS 203, Bloco A, apto. 203 e SQS 203, Bloco A, apto. 504, seria necessário informar a que títulos os interessados os ocupam ou possuem, bem como esclarecimentos quanto à existência de decisão judicial favorável aos ocupantes. Até o presente momento, não há nos autos do Processo 00410-00002673/2018-19, resposta aos questionamentos da PGDF. Nas cópias disponibilizadas não há indicação de atendimento da solicitação da Procuradoria-Geral do DF.

52. Conforme se observa no Ofício nº 417/2022 – IPREV/PRESI (pp. 10- 11, peça 386), o IPREV solicitou acesso ao Processo SEI Nº 00410-00002673/2018- 19. Há de se ressaltar, entretanto, que conforme registrado no Despacho-SEEC/GAB (pp. 12/13, peça 386) aquela Autarquia já possuía acesso integral aos autos desde sua autuação.

29. Diante do acima exposto, o Corpo Técnico entendeu que o item IV.b da Decisão nº 5.268/2022 foi cumprido, pois, *“embora ainda não tenha sido concluída a permuta dos imóveis, não houve inércia das jurisdicionadas, uma vez que já houve a seleção de imóveis pelo Iprev/DF e a reserva destes pela SEPLAD.”*

30. Considerou, contudo, ser necessário instar o IPREV/DF a manter a Corte informada sobre o desfecho da questão, dada a *“relevância da permuta dos imóveis para que se garanta a rentabilidade necessária ao FSG”*.

31. O MPCDF **acquiesce** à proposta apresentada pelo Corpo Técnico.

32. De fato, analisando-se os elementos constantes dos processos administrativos, acima transcritos, percebe-se a adoção de medidas por parte da jurisdicionada com vistas à permuta dos citados imóveis, sendo a conclusão dessa transação imobiliária questão de tempo.

33. Assim, considerando que houve progresso na tramitação do Processo nº 00413-00003617/2021-12, com a prática de atos tendentes a solucionar a questão relacionada à permuta dos imóveis, este MPCDF **acompanha** o Corpo Técnico quanto ao cumprimento do item IV.b da Decisão nº 5.268/2022, bem como **acolhe** a sugestão para que o IPREV/DF mantenha o Tribunal informado sobre os desdobramentos da questão em tela.

Item V – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal que, no prazo de 90 (noventa) dias, disponibilize acesso integral ao Processo n.º 00413-00005576/2021-07, mediante link com validade mínima de um ano, para o e-mail segem.gab@tc.df.gov.br.

34. Em cumprimento à determinação Plenária, a jurisdicionada, via Ofício nº 228/2023 - IPREV/PRESI (peça 356), informou a disponibilização de link de acesso integral ao Processo n.º 00413-00005576/2021-07.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

35. Sobre esse ponto, o Corpo Técnico teceu considerações sobre a tramitação do citado processo, bem como os desdobramentos relativos à gestão e à exploração dos imóveis incorporados ao Fundo Solidário Garantidor, em face da alteração da LC nº 932/201. Senão vejamos:

“56. Ao oferecer esclarecimentos em face do item IV.b da Decisão nº 3.598/2019, no que concerne às medidas para saneamento das pendências apontadas em seu Plano de Gestão Imobiliária quanto a imóveis destinados ao RPPS/DF, o Iprev/DF29 alegou que a exploração econômica compatível com os objetivos do Fundo Solidário Garantidor carecia de autorização legislativa prévia para a alienação dos imóveis.

57. Naquela oportunidade, a Diretoria de Investimentos da Autarquia apontou que seria necessária a realização de algumas permutas (solicitadas nos autos do Processo 00413-00003540/2018-85) para posterior encaminhamento de projeto de lei visando a alienação dos imóveis. Noticiou, ainda, a elaboração de projeto de lei para substituição dos imóveis com restrição de uso e ocupação que inviabilizavam sua rentabilização e monetização.

58. Na fase processual seguinte, em atendimento às determinações da Decisão nº 972/2021, verificou-se que o Processo 00413-00003540/2018 (no qual eram tratadas as questões atinentes à permuta de imóveis) havia sido arquivado, sendo autuados os Processos nºs 00413-00003617/2021-12 e 00413-00002921/2021-42 para tratar de projetos de leis tendentes à autorização de permuta dos imóveis vinculados ao FSG31, ocupados e sem rentabilidade; e de alterações relativas à gestão e exploração dos bens móveis incorporados, respectivamente.

59. Ao examinarmos os novos processos autuados pelo Iprev/DF para deslinde da questão32, identificamos que a Autarquia decidiu por incluir a autorização para exploração dos imóveis na revisão da Lei Complementar nº 932/2017, objeto do Processo SEI nº 00413-00005576/2021-07, optando pelo encerramento do Processo SEI nº 00413-00002921/2021-42.

60. Neste momento processual, conforme consta do Termo de peça 355, o Iprev/DF disponibilizou link para acesso externo ao Processo SEI GDF 00413-00005576/2021-07, em 31/03/202333, atendendo, portanto, à determinação contida no item V da Decisão nº 5.268/2022.

61. Compulsando aqueles autos, verificamos que o Iprev/DF justificou a necessidade de revisão da Lei Complementar nº 932/2017 por meio da Exposição de motivos nº 11/2022 – IPREV/PRESI (pp. 3-18, peça 387) ...

62. Após a devida tramitação legislativa, a revisão da Lei Complementar nº 932/2017 foi concretizada pela edição da Lei Complementar nº 1.013/2022, publicada em 22/07/2022.

63. Especificamente no que concerne à gestão e à exploração dos imóveis incorporados ao Fundo Solidário Garantidor, observa-se a alteração do art. 73-A da Lei Complementar nº 932/2017, nos seguintes termos:



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

“Art. 1º A Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

(...)

IV – o art. 73-A, § 3º, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º É facultada ao Iprev/DF a utilização dos bens relacionados no Anexo II para fins de integralização de capital social de fundos de investimentos imobiliários e sociedade de propósito específico, para a rentabilização ou monetização de seus ativos, mediante credenciamento regulado pelo Comitê de Investimento do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal.

V – são acrescidos ao art. 73-A os seguintes §§ 7º a 10:

§ 7º Fica autorizada a alienação ou oneração dos bens relacionados no Anexo II, devendo o produto obtido ser integralmente revertido para o Fundo Solidário Garantidor.

§ 8º Cabe ao Iprev/DF promover a reavaliação periódica dos ativos pertencentes ao Fundo Solidário Garantidor, não devendo o lapso temporal ser superior a 3 anos, no caso dos imóveis, e a 4 anos, para os demais bens.

§ 9º Nas hipóteses em que haja interesse do Distrito Federal e de seus órgãos e entidades na utilização de bens imóveis pertencentes ao Fundo Solidário Garantidor, fica dispensada a licitação para locação dos referidos imóveis, desde que o preço dos aluguéis e/ou das taxas de ocupação seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação mercadológica prévia.

§ 10. Os instrumentos a serem utilizados para exploração dos imóveis incorporados ao patrimônio do Fundo Solidário Garantidor devem ser objeto de regulamento aprovado por ato do chefe do Poder Executivo.” (Grifamos)

64. O Anexo II da Lei Complementar nº 1.013/2022 relaciona os seguintes imóveis:

(...)

65. Referidos imóveis estão inseridos no rol dos bens que foram avaliados pela empresa PR1 Engenharia Ltda. nos autos do Processo 00413-0003255/2021- 60.

66. Dessa maneira, em face da edição da Lei Complementar nº 1.013/2022 que autorizou a alienação ou oneração dos aludidos imóveis, entendemos que foi suprida a limitação indicada pelo Iprev/DF no expediente de peça 172 para exploração econômica compatível com os objetivos do Fundo Solidário Garantidor.

36. Como se pode observar, não mais subsiste o entrave outrora mencionado pela jurisdicionada, de ausência de previsão legislativa para exploração econômica voltados aos objetivos do Fundo Solidário Garantidor, uma vez que as alterações promovidas pela LC nº 1.013/202 permitiram *“a alienação ou oneração dos bens relacionados no Anexo II, devendo o*



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

produto obtido ser integralmente revertido para o Fundo Solidário Garantidor⁸”, viabilizando, assim, a promoção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS/DF.

37. Desse modo, considerando que a jurisdicionada disponibilizou o acesso ao Processo SEI-GDF nº 00413- 00005576/2021-07, este **Parquet** especial entende que o item V da Decisão nº 5268/2022 pode ser considerado cumprido.

Item VI – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração do Distrito Federal - SEPLAD/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, informem o resultado da análise de viabilidade orçamentária e financeira do plano de equacionamento sugerido na Avaliação Atuarial de 2022, para financiamento do déficit técnico atual do Plano Previdenciário, alertando-os de que, o descumprimento da deliberação plenária, sem causa justificada, poderá ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 1/94.

38. Em atendimento ao comando decisório acima, o IPREV/DF esclareceu que, “*de acordo com a Avaliação Atuarial 2023, relativo ao exercício de 2022, [...] o plano [de equacionamento] não apresenta déficit até 2050 tendo em vista demonstração na Avaliação Atuarial de 2023*”. Frise-se que a avaliação atuarial, como já apontado anteriormente, foi elaborada pela empresa Inove Consultoria Atuarial e Previdenciária, conforme se verifica à peça 370.

39. Por outro lado, a SEPLAD (peça 358) apresentou as seguintes informações:

“(…)

3. Sobre o assunto, a Unidade de Estudos Técnicos e Ajuste Fiscal da Secretaria Executiva de Finanças procedeu à realização de estudo técnico acerca da viabilidade da adoção de alíquota suplementar de 13,35% no Fundo Previdenciário, consubstanciado no Estudo Técnico nº 1/2023 - SEPLAD/SEFIN/SUTES/UEST (110466204), concluindo que isso impactaria na capacidade de execução de políticas públicas, dentre outras considerações.

4. Ademais, a Coordenação de Análise Estratégica de Dados Orçamentários, nos termos do Despacho SEPLAD/SEFIN/SUOP/UPROMO/COMAE (110466559), sugeriu a reanálise da matéria, a fim de confirmar a situação deficitária, assim como apresentou informações acerca dos aspectos orçamentários da referida suplementação.

5. Nesse contexto, cumpre destacar que esta Pasta procedeu aos estudos supracitados, tendo como base a Avaliação Atuarial de 2022, em cumprimento à Decisão nº 5268/2022.

6. Entretanto, faz-se oportuno destacar que o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, no bojo do 00002-00006934/2019-17, manifestou-se nos termos do Ofício nº 215/2023 - IPREV/PRESI (109873339) destacando que, de acordo com a Avaliação Atuarial 2023, verificou-se que o "plano não necessita de plano de equacionamento de déficit tendo em vista que conforme demonstrado na Avaliação

⁸ Nova redação dada ao artigo 73-A, § 7º, da LC 769/2008, promovida pela LC 1.013/2022.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

Atuarial de 2023, o plano encontra-se superavitário em complementação não há necessidade de adoção de medidas para evitar ou migrar o contexto fiscal, uma vez que o resultado atuarial e financeiro é superavitário".

7. Dessa forma, conforme as informações apresentadas por aquela Autarquia, não haveria a necessidade de aporte suplementar no Plano Previdenciário atualmente."

40. A Unidade Instrutiva considerou atendido o item em questão, tendo em vista os elementos constantes dos autos, notadamente (i) as informações prestadas pelas jurisdicionadas, (ii) as considerações apresentadas na peça instrutiva (§§ 9/21) e (iii) o Relatório de Avaliação Atuarial de 2023, proposição que conta com a integral **anuência** deste Órgão Ministerial.

VII – reiterar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF, alertando-o para a possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar n.º 1/94:

a) a determinação constante do inciso V, alínea “c”, da Decisão n.º 972/2021, reiterada pelo item “VII.a” da Decisão n.º 428/2022, no sentido de divulgar, em seu sítio eletrônico, tempestivamente, as informações contidas nos formulários de Autorização de Aplicação e Resgate – APR, além da composição de sua carteira de investimentos, em conformidade com a Portaria MPS n.º 519/2011, art. 3º, inciso VIII, alíneas “b” e “c”.

41. Em relação à determinação acima, informa o IPREV/DF (peça 356) que a Unidade de Comunicação Social da Pasta *“atualizou os formulários de Autorização de Aplicação e Resgate - APR e os relatórios da Carteira de Investimentos no sítio institucional do Iprev/DF, conforme documentos enviados pela Divisão de Controle e Risco (DIRIS), no processo 00413-00001315/2022-91”*.

42. O Corpo Técnico considerou não atendida a determinação contida no item VII.a da Decisão n.º 5268/2022, tendo em vista que, em consulta à página eletrônica do IPREV/DF, constatou-se o descumprimento do art. 3º, inciso VIII, alíneas “b” e “c” da Portaria MPS 519/2011⁹, ante a desatualização da disponibilização das autorizações de aplicações e resgates e da carteira de investimentos.

43. Explicou que, na data da consulta, *“deveriam estar disponíveis as autorizações de aplicações e resgates relativas aos meses de abril e maio de 2023¹⁰”, sendo que, “em relação à carteira de investimentos, deveria haver formulário relativo ao mês de abril/2023”*.

⁹ Revogada pela Portaria/MPT n.º 1.467, de 2 de junho de 2022, mantendo-se, contudo, a obrigação de disponibilização de documentos e informações aos segurados e beneficiários. “Art. 148. A unidade gestora do RPPS deverá disponibilizar aos segurados e beneficiários, no mínimo, os seguintes documentos e informações: I - a política de investimentos, suas revisões e alterações, no prazo de até 30 (trinta) dias, a partir da data de sua aprovação; **II - as informações contidas nos formulários APR, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da respectiva aplicação ou resgate; III - a composição da carteira de investimentos do RPPS, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento do mês; (...)**”

¹⁰ Aquelas realizadas até o dia 22/05/2023.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

44. No entanto, assinala que foi constatada a disponibilização das autorizações de aplicações e resgates e da carteira de investimentos somente até **março/2023**, havendo, pois, defasagem de dois meses.

45. Desse modo, entende que os gestores devem ser chamados em audiência dos gestores, tendo em vista a possibilidade de aplicação de sanção. Para tanto, apresentou os seguintes argumentos:

“77. Com o advento da Lei nº 13.655/201840, a responsabilização do agente público em face de suas decisões ou opiniões técnicas ocorrerá em caso de dolo ou erro grosseiro (art. 28)¹¹.

78. No presente caso concreto, o encaminhamento de manifestação acerca das deliberações plenárias, ainda que as informações fornecidas não tenham se mostrado capazes de demonstrar o cumprimento das determinações, impede a caracterização de dolo.

79. Por outro lado, em diversas vezes o Tribunal informou ao Iprev/DF42 que os esclarecimentos ofertados não atendiam ao que lhe fora determinado. Nesse sentido, entende-se que o reiterado descumprimento das decisões desta Casa pode ser caracterizado como erro grosseiro, uma vez que a falha observada é evidente e inescusável, sendo que a conduta do jurisdicionado se afasta daquela esperada de um administrador público diligente.

80. A esse respeito, o Tribunal de Contas da União entende que o erro grosseiro é aquele que poderia ser percebido por pessoa com diligência abaixo do normal ou que poderia ser evitado por essa com nível de atenção aquém do ordinário, decorrente de grave inobservância do dever de cuidado (Acórdão 63/2023-Primeira Câmara)

(...)

81. Em face da permanência da defasagem dos dados publicados no endereço eletrônico do Iprev/DF, faz-se necessário fixar novo prazo para cumprimento da determinação plenária. Ademais, tendo em vista o alerta constante do item VII.a da Decisão nº 5.268/2022, bem como as considerações tecidas nos parágrafos precedentes acerca da existência de erro grosseiro na conduta do gestor, sugere-se a audiência dos responsáveis indicados no Quadro 1 para apresentação de razões de justificativa, pelos fatos constantes da Matriz de Responsabilização de peça 388. A audiência ora sugerida decorre da possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 57, VII, da Lei Complementar nº 1/94 em relação ao primeiro responsável⁴³. No que diz respeito ao segundo responsável, a sanção aplicável é a prevista no art. 57, IV, da Lei Complementar nº 1/94, uma vez que não houve, por parte dele, reincidência no descumprimento das deliberações plenárias:

¹¹ “Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.”

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA**Quadro 1 – Responsáveis**

Nome	CPF	Decisão descumprida/ciência
1) Ney Ferraz Junior (Diretor-Presidente do Iprev/DF no período de 19/03/2019 a 13/10/2022)	623.427.383-15	- Decisão nº 3.598/2019 (24/10/2019) - Decisão nº 972/2021 (16/04/2021) - Decisão nº 428/2022 (25/02/2022)
2) Paulo Ricardo Andrade Moita (Diretor-Presidente do Iprev/DF a partir de 14/10/2022)	794.862.823-15	- Decisão nº 5.268/2022 (16/12/2022)

Fonte: Ofícios nºs 7174/2019-GP; 2417/2021-GP; 921/2022-GP e 11.186/2022-GP

46. No particular, o MPCDF **endossa** o opinativo do Corpo Técnico, uma vez que o item *sub examine* realmente não foi cumprido pelo IPREV/DF, não obstante o alerta sobre a possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar n.º 1/94.

47. Registro, por necessário, que, em consulta ao sítio eletrônico do IPREV/DF, ao clicar nos campos “Carteira de Investimento”¹² e “Autorização de Aplicação e Resgate”¹³, alusivos ao ano de 2023, verificou-se a disponibilização das informações até o mês de maio/2023, inexistindo dados alusivos aos meses de junho e julho, o que confirma a assertiva do Corpo Técnico quanto à desatualização das informações.

48. Resta, pois, patente o descumprimento da decisão Plenária desta Corte de Contas, que foi expressa ao determinar a divulgação - **tempestiva** - em seu sítio eletrônico acerca das informações contidas nos formulários de Autorização de Aplicação e Resgate – APR e da composição da carteira de investimentos, em conformidade com a Portaria MPS n.º 519/2011, art. 3º, inciso VIII, alíneas “b” e “c”.

49. Em sendo assim, a jurisdicionada deve ser instada novamente a promover a imediata divulgação atualizada na sua página eletrônica dos dados e informações relativos à composição da carteira de investimentos e aos formulários de Autorização de Aplicação e Resgate – APR, a fim de dar fiel cumprimento à determinação da Corte.

50. Ainda, diante do descumprimento reiterado da jurisdicionada, caracterizado como erro grosseiro, como bem salientado pelo Corpo Técnico, este **Parquet** especial acolhe a proposta de **chamamento em audiência** dos responsáveis indicados na Matriz de Responsabilização, ante a possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 57, VII, da Lei Complementar n.º 1/94, em relação ao Sr. Ney Ferraz Júnior; e a aplicação da multa estabelecida no art. 57, IV, da Lei Complementar n.º 1/94, em relação ao Sr. Paulo Ricardo Andrade Moita.

VII – reiterar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF, alertando-o para a possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar n.º 1/94:

b) a determinação constante do item “IV.a” da Decisão n.º 3.598/2019, reiterada pelos itens “VI.a” da Decisão n.º 972/2021 e “VII.b” da Decisão n.º 428/2022, para que, doravante, inclua nas avaliações atuariais relativas ao RPPS/DF, a memória de cálculo e o embasamento técnico para os valores projetados para as receitas a serem destinadas pelo Fundo Solidário

¹² <https://www.iprev.df.gov.br/carteira-de-investimento/> - Consulta realizada em 09/08/2023.

¹³ <https://www.iprev.df.gov.br/autorizacao-de-aplicacao-e-resgate-apr/> - Consulta realizada em 09/08/2023.

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

Garantidor – FSG ao Fundo Financeiro de Previdência Social, além de incluir, nos futuros testes de aderência de premissas atuariais, a verificação dos critérios adotados.

51. Por meio do Ofício nº 228/2023 - IPREV/PRESI (peça 356), o IPREV/DF, com base nas informações constantes do Ofício nº 001/2023 (peça 364), elaborado pela empresa Inove, Consultoria Atuarial e Previdenciária, manifestou-se nos seguintes termos:

“O Fundo Solidário Garantidor é destinado a ser reserva garantidora da solvência parcial ou total das obrigações previdenciárias dos Fundo Financeiro de Previdência Social e do Fundo Capitalizado dos Servidores do Distrito Federal. Inicialmente foi composto por todo o patrimônio existente na data da publicação da Lei Complementar nº 932/2017, vinculado ao antigo Fundo Previdenciário do Distrito Federal – DFPREV.

Para efeito da Reavaliação Atuarial do exercício 2022, considerou-se que este Fundo contava, em 31/12/2021, com um patrimônio de R\$ 3.474.436.600,23 e receberia as seguintes receitas:

- Rentabilidade decorrente da aplicação do patrimônio deste Fundo, com valores projetados considerando rentabilidade real anual de 1,00%, conforme política de investimentos;*
- Receita decorrente de aluguéis esmada em R\$ 166.800,62 anuais;*
- Dividendos e Juros sobre Capital Próprio – JCP esmados em R\$ 52.843.701,34 anuais As receitas decorrentes de aluguéis e de dividendos e juros sobre Capital Próprio, foram esmadas com base no histórico do exercício de 2021, conforme a tabela a seguir:*

Tabela 1 - Receitas do Fundo Solidário Garantidor em 2021

Período	Dividendos + JCP	Aluguéis	Dívida Ativa	PPP + Concessões
01/01/2021	9.778.973,84	13.782,16	0,00	0,00
01/02/2021	0,00	13.782,16	0,00	0,00
01/03/2021	16.429.161,08	13.923,63	0,00	0,00
01/04/2021	0,00	13.923,63	0,00	0,00
01/05/2021	0,00	13.923,63	0,00	0,00
01/06/2021	7.194.485,60	13.923,63	0,00	0,00
01/07/2021	0,00	13.923,63	0,00	0,00
01/08/2021	0,00	13.923,63	0,00	0,00
01/09/2021	7.641.080,82	13.923,63	0,00	0,00
01/10/2021	0,00	13.923,63	0,00	0,00
01/11/2021	0,00	13.923,63	0,00	0,00
01/12/2021	11.800.000,00	13.923,63	0,00	0,00
TOTAL	52.843.701,34	166.800,62	0,00	0,00



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

Por fim, considerou-se que as receitas deste Fundo serão repassadas ao Plano Financeiro e utilizadas na sua totalidade tornando essa receita constante pelo período projetado. O quadro seguinte apresenta a projeção destas receitas:

Tabela 2 – Projeção das receitas do Fundo Solidário Garantidor

EXERCÍCIO	Ativo principal do FSG	Receitas do FSG			Destinação de recursos do FSG para o Plano Financeiro
		Rentabilidade do FSG	Aluguéis	Dividendos e JCP	
2022 a 2096	3.562.777.337,52	35.627.773,38	166.800,62	52.843.701,34	88.638.275,34

Nesse sendo, verifica-se que até a Reavaliação Atuarial do exercício 2022, utilizava-se como hipótese que as receitas do FSG correspondiam aos fatos ocorridos no exercício anterior acrescido da meta de rentabilidade da Política de Investimentos relativo ao respectivo Fundo. Sendo assim, considerava-se que as receitas deste Fundo seriam repassadas ao Plano Financeiro e utilizadas na sua totalidade tornando essa receita constante pelo período projetado. Ressalta-se que, já está no planejamento do IPREV a realização de estudos diversos e incluir no próximo estudo de aderência as hipóteses relativas a projeção de utilização do FSG.”

52. Ao examinar os esclarecimentos prestado pela jurisdicionada, o Corpo Técnico entendeu que não foi cumprida a determinação contida no aludido item, porquanto as informações prestadas, nesta oportunidade, foram praticamente as mesmas ofertadas em fase precedente e que não foram consideradas suficientes.

53. Eis as considerações da Instrução:

“89. Para atendimento à diligência plenária, o IPREV/DF solicitou manifestação da Inove Consultoria Atuarial e Previdenciária. Referida empresa repetiu, na essência, as mesmas informações ofertadas na assentada anterior e que não foram consideradas satisfatórias.

90. Novamente não houve indicação de valores históricos ou tendências futuras que justifiquem os valores detalhados para dividendos e juros sobre o capital próprio. De forma semelhante, em relação às receitas de aluguel, não houve indicação da maneira pela qual foi projetada.

91. Há de se destacar que os dados inseridos no item 12.1 do Relatório de Avaliação Atuarial – 2023 (peça 370), de forma semelhante aos relatórios anteriores, não se fizeram acompanhar pelos cálculos efetuados para o alcance dos valores, exceto em relação à rentabilidade anual. De igual forma, não indicou o embasamento técnico para a estimativa apresentada.

92. Em manifestação anterior (peça 246), o Iprev/DF pontuou estar desenvolvendo um método mais eficiente para apuração dos dividendos e dos valores de juros sobre o capital próprio, bem como da dívida ativa. Informou, ainda, que tal método seria implementado na avaliação atuarial de 2022.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

93. Entretanto, não foi possível identificar se de fato foi desenvolvido o método de apuração, uma vez que não houve modificação nos Relatórios de Avaliação Atuarial de 2022 e de 2023.

94. Em que pese a informação prestada pela empresa de consultoria da existência de planejamento do Iprev/DF para realização de estudos e inclusão das hipóteses relativas na projeção de utilização do FSG, não foi atendida a determinação constante do item VII.b da Decisão nº 5.268/2022, uma vez que não há elementos suficientes para demonstração dos valores computados na receita total do FSG de forma clara e transparente.

95. Assim, faz-se necessário fixar prazo para cumprimento da deliberação plenária. Ademais, em face do descumprimento reiterado das deliberações desta Casa e tendo em vista o alerta constante do item VII.b da Decisão nº 5.268/2022, bem como o ocorrido nos §§ 77/80 anteriores, sugere-se que os responsáveis indicados no Quadro 1 desta Informação (§ 81) sejam instados a apresentar suas razões de justificativa, pelas condutas constantes da Matriz Responsabilização de peça 388, ante a possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 57, VII, da Lei Complementar nº 1/94, para o primeiro responsável, e art. 57, IV, da mesma Lei, para o segundo responsável.”

54. No particular, este Parquet especial **acompanha** o entendimento esposado pelo Corpo Técnico, tendo em vista que não restou atendida, a contento, a determinação plenária, em apreço.

55. Com efeito, cotejando os **Ofícios nºs 016/2022** (peça 328) e **001/2023** (peça 364), ambos elaborados pela empresa Inove Consultoria Atuarial e Previdenciária com o objetivo de atender à determinação da Corte, verifica-se que as informações constantes dos aludidos expedientes são basicamente as mesmas. Não é demais repisar que, por ocasião do exame daquele primeiro documento (Ofício nº 016/2022), o Plenário desta Casa o considerou deficiente, tanto é assim que foi reiterada a determinação, consoante os termos do item VII.b da Decisão nº 5268/2023, inclusive com alerta ao gestor sobre a possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar n.º 1/94.

56. Destaco, ademais, que, no Parecer nº 1082/2022-G1P/ML (peça 336), ao tratar do mesmo item, o Órgão ministerial já havia salientado que, a par da contratação de empresa de consultoria para análise dos dados financeiros, “*não foram apresentados elementos suficientes para demonstração dos valores computados na receita total do FSG, de forma clara e transparente, objetivo almejado pelas deliberações desta Casa*”. Inclusive, o Corpo Técnico, naquela oportunidade, também salientou que: “*no aludido Relatório não há referência aos cálculos efetuados para o alcance desses valores, exceto em relação à rentabilidade real anual, ou o embasamento técnico para a estimativa apresentada, de forma semelhante aos relatórios anteriores*”.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA PRIMEIRA PROCURADORIA

57. Desse modo, não obstante todos os avisos e indicativos relacionados à deficiência dos dados constantes do Relatório de Avaliação Atuarial apresentado pelo IPREV/DF, percebe-se a ocorrência das mesmas inconsistências, o que autoriza, tal como proposto pelo Corpo Técnico, **instar novamente** a jurisdicionada para o cumprimento da determinação em tela, bem como chamar em **audiência** os responsáveis indicados na matriz de responsabilização, em face da possibilidade de aplicação de sanção.

58. Por fim, o MPCDF adere à proposta do Corpo Técnico de manutenção do **sobrestamento** da apreciação do mérito das representações constantes do **Processo nº 27.781/17** (apenso), conforme determinado pela Decisão nº 972/2021, tendo em vista que Recurso Extraordinário nº 1.007.271 – STF encontra-se em tramitação perante aquela excelsa Corte, cujos autos encontram-se conclusos ao Relator¹⁴.

59. **Ante o exposto**, o Ministério Público de Contas, **convergindo** integralmente com o Corpo Técnico, opina por que a Corte de Contas acolha as propostas alvitadas na Informação nº 66/2023-DIGEM1 (peça 390).

É o parecer.

Brasília, 10 de agosto de 2023.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador

¹⁴ Último andamento: 16/02/2022: conclusos ao (à) Relator (a) – Consulta realizada em 09/08/2023 (<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5082568>)